

Envolvimento ameaça Forças Armadas de desgaste



Sarney: cinco anos podem trazer desfecho dramático

Para líderes, Sarney não muda postura

Silvio Donizetti

Os líderes partidários na Constituinte, tanto de esquerda como conservadores, não acreditam que o presidente José Sarney vá alterar a linha do seu Governo em função das recentes vitórias do Palácio do Planalto com a aprovação do presidencialismo com cinco anos.

Segundo o líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), o Governo já tem hoje um postura nitidamente de direita e a votação do sistema de governo e do mandato apenas confirmou a hegemonia deste grupo junto ao Presidente. Ele ressalva, no entanto, que não é a direita da repressão, como ocorria nos governos militares, porque ela tem agora que respeitar as conquistas democráticas obtidas pela sociedade.

"O Governo está mais forte e deverá agora tomar medidas no campo econômico e na questão salarial que deverão significar um maior arrocho para o trabalhador", prevê o deputado pernambucano.

Reforma

Sobre as especulações a respeito da reforma ministerial, Roberto Freire acha que a mudança da equipe do presidente Sarney é prematura. Isto porque o chefe da Nação ainda não assegurou em definitivo o seu mandato em cinco anos. "O Sarney não vai querer comprar inimigos antes da votação do seu mandato", estima o parlamentar.

Já o líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), mesmo admitindo que não haverá mudanças profundas em função da aprovação do presidencialismo com cinco anos, acha, ao contrário de Roberto Freire, que o Presidente deve retirar os cargos sob o controle dos parlamentares que votaram contra as teses defendidas pelo Planalto.

"A questão no momento não é de reforma ministerial, mas de tirar os cargos das pessoas ligadas aos constituintes que votaram contra os cinco anos e fortalecer aqueles que seguiram a orientação Presidente", defendeu Righi. A seu ver, esta atitude não vai trazer mais inimigos para Sarney, porque os parlamentares que votaram contra o Governo já são seus adversários.

Gastone Righi admite que o Governo saiu fortalecido das últimas votações e que terá a partir daí maior segurança para tomar medidas impopulares, como corte de despesas, demissões de servidores onde houver excessos e reduzir investimentos. Ele não acredita, no entanto, que Sarney acabará com a Unidade de Referência de Preços (URP) para o funcionalismo público, porque a medida traria como consequência a perda de apoio político. "Como o PTB, que apóia informalmente o Governo, poderá defender o fim da URP sem sofrer desgaste político, principalmente porque o programa do partido prega a recuperação dos salários?", indaga Gastone.

No PFL, o líder, deputado José Lourenço, e o presidente do partido, senador Marco Maciel, também acreditam que o Governo manterá a sua mesma linha política, pelo menos até a votação definitiva do mandato do presidente Sarney. Tanto Lourenço como Maciel asseguram, porém, que com a votação de cinco anos para os futuros presidentes não há qualquer dúvida que a Constituinte também deverá fixar prazo idêntico para o mandato de Sarney.

Já o líder do PT na Constituinte, deputado Luis Inácio Lula da Silva, acha, surpreendentemente, que o PMDB apesar dos seus graves problemas internos, continuará exercendo uma importante influência dentro do Governo, evitando que Sarney faça uma administração meramente pessoal.

"A máquina do PMDB é muito grande e ainda vai continuar pressionando o Governo", prevê Lula.

Fisiologismo leva PFL a manter seu apoio ao Governo

Gerson Menezes

O PFL precisa integrar nenhum bloco suprapartidário para apoiar o Governo, algo que nunca deixou de fazer. O líder do partido na Câmara, José Lourenço (BA), sabe disto mais do que ninguém, e vale-se agora das pressões e blefes de que sempre se utilizou (quando falava, por exemplo, em "romper com o Governo") para abocanhar uma participação maior na administração, traduzida em cargos públicos. No próprio PFL, há dúvidas quanto aos rumos do governo Sarney, mas nenhuma quanto à disposição da maioria do partido de continuar aliada ao poder, por interesse meramente fisiológico.

As ameaças de Lourenço, de que o partido não integrará bloco suprapartidário se não houver reforma ministerial, não passam, portanto, de mera repetição de estilo. O deputado José Lins (PFL-CE), um dos líderes do Centrão e que integra a vice-liderança pefelista, manifestava convicção esta semana, em conversa informal, de que não faltará apoio por parte do PFL, mesmo que o Governo volte a editar medidas que apenas penalizam a população, sem surtir efeito algum para a solução da grave situação econômica do País.

Haveria apenas um fator, no qual pouca gente acredita, para reverter esse quadro de apoio maciço do PFL ao presidente Sarney: a aprovação de eleições presidenciais para este ano. Só nesta hipótese interesses eleitorais e eleitoreiros engrossariam a corrente dissidente, mesmo assim de forma parcial, em função da existência de circunstâncias regionais específicas que não recomendariam esse rompimento. Ao contrário, o que se verifica agora, de forma ainda mais clara, é a reaglutinação de forças conservadoras e fisiológicas em tor-

no do Governo, ou o ressurgimento do chamado "Arenão". Cada vez que se divide mais o PMDB, mais o PFL se vê em condições de reaglutinar esse bloco conservador.

Parlamentares ligados ao ministro Aureliano Chaves avaliam que ele deve ser o mais cuidadoso na arte de evitar qualquer precipitação. As notícias de que o presidente Sarney estaria disposto a apoiá-lo para seu sucessor foram recebidas com certa reserva nesses setores.

"Aureliano seria louco para responder a isso (à intenção de Sarney de apoiá-lo) de forma imediata", comentou um desses parlamentares. Isto, contudo, em nada altera a disposição dos pefelistas de se acerbarem do poder, e será muito improvável uma recusa do presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), aos acenos de "reaproximação" com o presidente Sarney.

As bases estão reaglutinadas e é ingenuidade julgar que sejam bases "novas". O Governo se vale do apoio do mesmo PDS de sempre, dos mesmos conservadores do PMDB e do PTB e da grande maioria fisiológica do PFL. Reafirma-se a dominação no partido da tendência governista liderada por Antônio Carlos Magalhães, cuja "crescente liderança" entre os pefelistas, como se costuma detectar, não representa nenhum risco à liderança de Marco Maciel, já que ambos, até por peculiaridades regionais, não têm a menor condição de traçar caminhos opostos. Sem levar em conta as identidades doutrinares, a simples análise do quadro político jamais fará antever a hipótese de aliança de ACM com Waldir Pires, na Bahia, ou Marco Maciel com Miguel Arraes, em Pernambuco. Os caminhos pefelistas seguem, portanto, os mesmos rumos, o que faz as "ameaças" de José Lourenço caírem sempre no vazio.



Lourenço: pressões e blefes por maior participação no poder

Texto tira 75 dias de mandato do Presidente

Embora tenha estabelecido o mandato de cinco anos para Presidente da República, o texto aprovado esta semana, pela Constituinte, já determina uma redução em pelo menos 75 dias no mandato do presidente Sarney, se for mantido o mesmo período para o seu Governo. Isto porque a emenda presidencialista que foi aprovada determina que o Presidente da República tomará posse "em primeiro de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição", ao invés de 15 de março, como estabelece a atual Constituição.

Pela emenda aprovada em plenário, as eleições presidenciais serão realizadas "cento e vinte dias antes do término do mandato presidencial", o que significa uma alteração também na data das eleições, que não se realizariam mais em novembro, sendo antecipadas para setembro. O deputado José Lins (PFL-CE), integrante do Centrão, diz que, com isso, o

primeiro turno deverá ser realizado em agosto. Isto porque, segundo sua interpretação, o prazo de 120 dias antes do término do mandato significa a data-limite para eleição do Presidente, o que levaria à conclusão de que o primeiro turno tem que ser realizado antes.

Segundo José Lins, não está havendo preocupação alguma com as alterações ocorridas a partir do texto aprovado, embora ele chame a atenção para o fato de se tratar ainda das disposições permanentes. O texto do Centrão, no capítulo das disposições transitórias, é omissivo quanto à duração do mandato do presidente Sarney. Se for aprovado o mandato de quatro anos, o que é considerado muito improvável, isto significará que as eleições devem ser realizadas já em setembro deste ano, em consequência do que estabelece o capítulo das disposições permanentes.

Rubem Azevedo Lima

Apesar dos desmentidos e das tentativas de minimização do episódio, o Governo estimulou os pronunciamentos de autoridades das Forças Armadas e deles se aproveitou, politicamente, para assegurar, na Constituinte, a aprovação do mandato presidencial de cinco anos e a preservação do presidencialismo.

A expectativa de que o Governo teria interesse em capitalizar o pensamento dos chefes militares, em vez de contê-lo e neutralizá-lo, nesses dois assuntos, fora externada pelo ex-ministro da Justiça, deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), e se confirmou, esta semana, após a divulgação de conversas do presidente Sarney com diversos ministros, bem assim devido a inconfidência do consultor-geral da República, Saulo Ramos, numa reunião social em Brasília.

"Receio que esse envolvimento" — admitiu o senador José Richa, do PMDB do Paraná — "possa transformar-se nas Malvinas das nossas Forças Armadas". O ex-presidente da Argentina, general Leopoldo Galtieri, determinou às Forças Armadas argentinas que invadissem as Ilhas Malvinas, ocupadas pelos ingleses. A expedição militar foi um fracasso e as Forças Armadas argentinas saíram da aventura profundamente desgastadas.

Richa, que é amigo do ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, diz que não se avista com essa autoridade há tempos. Suas preocupações, quanto à perspectiva de desgaste das Forças Armadas, em face do envolvimento de autoridades militares nas manobras a favor do mandato de cinco anos para Sarney e do presidencialismo, se devem aos efeitos danosos que as duas teses deverão ter para o País.

As pesquisas revelam que a sociedade brasileira quer o mandato de quatro anos para Sarney. Portanto, ao defenderem uma solução que contraria tal exigência, as Forças Armadas ficam contra a opinião pública. Nesse caso, se as supostas pressões militares impuserem o mandato de cinco anos, é previsível que as tensões sociais se agravem e aumente a inquietação política. Quanto ao presidencialismo, este sistema, para Richa, manterá a ordem institucional ins-

tável no País, pondo em perigo o regime democrático.

Gravidade

Mas o aspecto julgado mais grave na estratégia de articular pressões militares em questões políticas é a generalização da ideia de que o Brasil está preso ao autoritarismo e ao subdesenvolvimento. Afinal, foi o próprio Governo que recorreu às ameaças e a métodos fisiológicos para fazer com que a Constituinte se rendesse a seus interesses, nessa fase da votação da nova Carta.

Um importante chefe militar reconheceu ser inimaginável, apesar das aparências em contrário, qualquer intervenção das Forças Armadas no processo político.

Admitiu esse chefe que as "vivandeiras" voltaram a rondar os quartéis, mas as razões alegadas para uma possível intervenção militar contra a Constituinte são "moral e politicamente inaceitáveis". O que se exigiu — indagou o chefe militar — que a Assembleia fizesse? Aprovar o mandato de cinco anos para Sarney, sob o argumento de que a realização de um pleito, este ano, seria catastrófica para o País, do ponto de vista econômico.

Mas — prossegue o raciocínio — nesse caso, se não forem adiadas as eleições municipais de novembro próximo, teremos, com o mandato de cinco anos para o atual Presidente, eleições presidenciais em 1989 e eleições para governadores e para o Congresso em 1990. Além destes pleitos, teremos, até o final do século, mais seis: municipais em 1992, 1996 e no ano 2000; para o Congresso e para governadores em 94 e 98; e para presidente da República (devido ao mandato de cinco anos) em 1994 e 1999.

Na hipótese pouco provável de se conseguir também o adiamento das eleições municipais (o que daria aos atuais prefeitos e vereadores um mandato de sete anos) para 1989, a fim de fazê-las coincidir com o pleito presidencial, também nesse ano, teríamos, ainda assim, mais seis processos eleitorais até o final do século: 90, para o Congresso e governadores; 93, municipal; 94, para o Congresso, governadores e presidente da República; 97, municipais; 98 para governadores e Congresso; e 99 para presidente.

Argumentos por 5 anos são rebatidos

Um dos principais argumentos invocados em favor do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney é o de que o País não suportaria um processo eleitoral este ano, devido à crise econômica, política e social em que se encontra.

O ex-ministro da Fazenda, atual deputado, Delfim Netto, do PDS de São Paulo, acha que o argumento não procede: "Uma eleição presidencial" — diz ele — "gera incertezas até certo ponto, no plano externo. Mas é tolice pensar que os banqueiros internacionais, por exemplo, dramatizem muito sobre resultados eleitorais".

Qualquer eleição, para o ex-ministro, que participou de numerosos pleitos, como autoridade responsável pelo erário, gera despesas. Em geral, porém, essas despesas são feitas por pessoas privadas e implicam uma redistribuição de renda, visto que os candidatos ou seus esquemas de apoio financeiro têm de contratar assessores e adquirir material de propaganda.

"Quando tais despesas são feitas pelo estado, o município ou a União, das duas uma: fazem-se obras necessárias e a comunidade se beneficia disso, ou realizam-se obras supérfluas, inúteis e, nesse caso, o índice de produtividade pública se reduz bastante" — explica Delfim.

Na segunda hipótese, ao que sustenta, a autoridade responsável pelo desperdício de recursos geralmente é penalizada pelos eleitores, que não sufragam os candidatos oficiais.

Despesas

As vésperas da discussão e votação das propostas sobre sistema de governo e duração do mandato presidencial, na Constituinte, o Diário Oficial da União publicou a relação de 51 convênios firmados pelo Ministério do Interior com prefeituras municipais de diversos estados. Tais convênios envolveram gastos de quase Cz\$ 10 bilhões e, coincidentemente, beneficiaram estados cujos governadores apoiaram, com maior entusiasmo, a tese do mandato de cinco anos para o atual Presidente.

Na Constituinte, os partidários da tese de quatro anos acusaram o Governo, em razão desses convênios e da concessão de outros favores, de praticar a fisiologia política.

Essa prática foi reconhecida pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, que, recentemente, numa reunião social em Brasília, admitiu que "agora, até a definição do mandato presidencial, nas disposições constitucionais transitórias, a fisiologia vai aumentar muito".

Não é por outro motivo, aliás, que o líder do Governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), tentou inverter a pauta de votações da nova Carta, para precipitar, nas disposições transitórias, a decisão sobre o mandato presidencial. Não

Coincidência

A realização de eleições coincidentes nos municípios e para Presidente, este ano, com mandato presidencial de quatro anos, como queria a Constituinte, seria — segundo reconhece o chefe militar — a solução ideal, à luz dos argumentos econômicos suscitados pelas forças que pressionaram a Assembleia. Nesse caso, teríamos, além do pleito de novembro próximo, apenas mais cinco até o ano 2000: prefeitos, vereadores e Presidente em 88; Congresso e governadores em 90; Presidente e pleito municipal em 92; Congresso e governadores em 94; Presidente e pleito municipal em 96 e outra vez Congresso e governadores em 98.

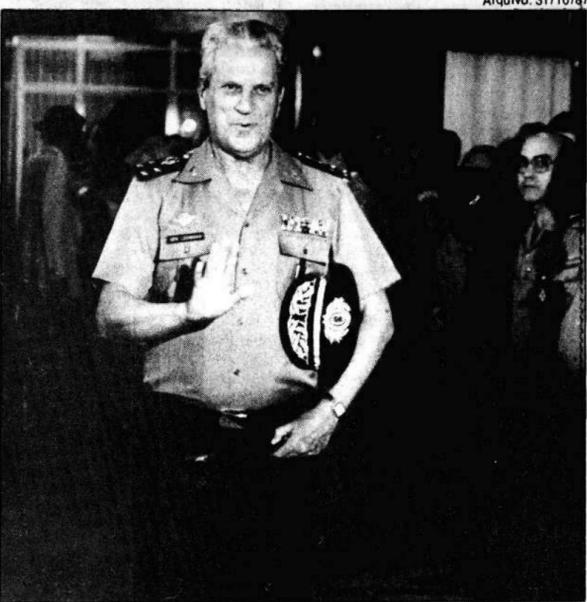
Como — indagou, concluindo, esse chefe militar — convencer as Forças Armadas de que a duração do mandato presidencial até 1989 é benéfica para o País, porque elimina uma possibilidade de conflito político? Na verdade, o número de conflitos aumenta devido à aprovação dos cinco anos para Sarney e ao adiamento da eleição presidencial para 1989.

Postas de lado as razões aritméticas sobre eventuais conflitos políticos decorrentes do processo eleitoral, o que transparece entre militares é o mesmo sentimento que se nota na sociedade civil, em relação ao atual Presidente: descrença, desconfiança e cansaço.

Por esse motivo, aliás, o mesmo analista da questão eleitoral — admitiu que seria penoso, para as Forças Armadas, fazer cumprir a decisão da Constituinte que aprovasse um mandato de cinco anos a Sarney. Por dever de disciplina, a tarefa precisaria ser executada, mas — nesse ponto coincide com o pensamento de Richa o do chefe militar — a um alto preço político e psicossocial.

Muitos constituintes admitem hoje que a concessão de cinco anos a Sarney poderá ensejar a derubada ou a renúncia do Presidente antes do término de seu mandato.

Esse desfecho dramático reabrirá uma nova fase de crises, de consequências imprevisíveis. Mas, qualquer solução, conforme afirmam os políticos, por pior que seja é melhor do que a crise concreta, insuportável e insolúvel, em meio ao clima de incertezas que paira sobre o País.



Leonidas: intervenção militar é difícil

teve êxito, embora a Constituinte já se tivesse definido, na parte permanente da futura Carta, favoravelmente ao mandato de cinco anos para os sucessores de Sarney.

A vitória do Governo, nesse caso, foi considerada cara, sob dois aspectos. O Governo teve de ceder às exigências de vários setores, para ver aprovado o mandato de cinco anos. Agora, como dá a entender Saulo Ramos, praticamente cada constituinte se acha responsável pela aprovação dos cinco anos e parece disposto a exigir novos favores, em troca do apoio à mesma regra em relação a Sarney. O Governo ficou, portanto, preso ao mecanismo da fisiologia e não pode governar sem continuar gastando, até obter o mandato de cinco anos. Tal comportamento poderá comprometer o programa de austeridade econômica e financeira e, desse modo, gerar maior desgaste político do Governo perante a opinião pública, o que talvez leve alguns constituintes a mudarem de ideia quanto à duração do mandato presidencial.

A propósito, cabe observar que da lista de 316 signatários da emenda do deputado Mateus Lensen (PMDB-PR), de cinco anos de mandato presidencial, 21 constituintes mudaram de ideia e votaram, no plenário da Assembleia, em favor dos quatro anos. Foi o que fizeram, entre outros, os constituintes Dirce Tutu Quadros (PTB-SP), Agassiz Almeida (PMDB-PB), José Carlos Coutinho (PL-RJ), Elias Murad (PTB-MG), Luis Freire (PMDB-PE) e tantos mais. Por sorte, o Governo ganhou o apoio de mais nove cincoanistas, além dos signatários da emenda Lensen.

Efeitos
Se os cinco anos vingarem para Sarney, a próxima eleição presidencial se realizará apenas em 1989, isto é, 29 anos depois do último pleito direto para presidente, no qual se elegeu Jânio Quadros. Os brasileiros que tinham 18 anos incompletos em 1960 vão votar para presidente, pela primeira vez na vida, aos 47 anos de idade. Estão nesse caso 60 milhões de eleitores civis e cerca de cem mil militares, dentre sargentos (73 mil) e quase trinta mil oficiais. A rigor, só generais, almirantes e brigadares votaram para presidente em 1960, além de pequena parcela de oficiais de postos abaixo daqueles. Na FAB, por exemplo, dos 6607 oficiais, só 76 brigadeiros e 88 coroneis tinham idade para votar no último pleito presidencial direto do País.

Outro possível efeito da aprovação dos cinco anos, a partir de agora: as incertezas sobre a política da dívida externa deverão prorrogar-se por um ano. O País pagava os juros da dívida regularmente. Em 1987, declarou-se em moratória e suspendeu tais pagamentos. Agora, voltou a pagar, juros e serviço da dívida. Qual o caminho certo, no assunto? O filho do ex-senador Petrônio Portella, economista Petrônio Portella Filho, contesta, agora, em livro a ser lançado ("A moratória soberana"), que a moratória, como dá a entender o próprio Governo, tenha sido uma utopia das chamadas esquerdas. O livro aponta a desinformação promovida em torno do assunto como instrumento de poder usado pelos credores do Brasil, contra os interesses brasileiros (R.A.L.).